

INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 36 - Cruz das Almas (BA) - 15 de Abril de 2016 - www.apur.org.br

COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFRB NA LUTA CONTRA O GOLPE



COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFRB PROMOVE DIA DE MOBILIZAÇÃO CONTRA O GOLPE E A FAVOR DA DEMOCRACIA

Na tarde dessa terça-feira (12), a reitora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi tomada pelos gritos de “Não vai ter golpe”, marcando o dia de Mobilização na UFRB contra o golpe e a favor da democracia. Contando com as presenças da comunidade acadêmica e de diversos movimentos sociais, o Dia de Mobilização na UFRB teve um debate, com as falas dos ex-deputados Emiliano José e Luiz Alberto, e, logo após, uma passeata até o centro de Cruz das Almas.

Como sempre, a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) esteve presente para protestar contra o golpe que estão querendo dar na democracia do país. Nas palavras do presidente da APUR, professor Antonio Eduardo Oliveira, o Dia de Mobilização se tratava de uma importante atividade política contra o golpe. “Esse processo de impeachment é um processo fraudulento, é um golpe, um golpe contra os trabalhadores e contra a universidade”, completou Antonio Eduardo.

O ex-deputado Emiliano José foi categórico ao dizer que não há meio de negar que o que está em andamento no Brasil é uma tentativa de golpe, tenha ela a forma que tiver: “Os que argumentam que não há um golpe militar estão esquecendo que os golpes que aconteceram da América Latina, recentemente, se deram por esses caminhos que estão sendo tentados no Brasil. O que está acontecendo no Brasil é uma tentativa de golpe e tem que ser repudiada com todas as forças do povo brasileiro”, defendeu Emiliano.

O ex-deputado ainda disse que tem visto muita gente alegando que o processo de impeachment da presidente Dilma não é golpe, pois está previsto na Constituição, mas, segundo ele, se assim for, não precisaria de um crime, como a presidente vem sendo acusada. “A presidente Dilma, no cenário político atual, é uma das pessoas sobre quem não recai uma única acusação de crime e, no entanto, ela está sendo objeto de uma iniciativa criminosa conduzida por bandidos, conduzida por um sujeito a quem foi pedido uma pena de 184 anos pela Procuradoria Geral da república, o Cunha”, esclareceu.

Para o ex-deputado Luiz Alberto, diferente do discurso de que a luta é contra a corrupção, o que há, na verdade, é uma disputa ideológica, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina, e por isso a importância de lutar. “Quando chego aqui no auditório dessa universidade e vejo jovens, uma composição de jovens professores e estudantes. Agora a universidade é outra. Por conta dessa diversidade étnica e social, eles sabem que têm que defender este legado de 13 anos de construção. Portanto, o debate é ideológico, não é nada de combate à corrupção. A corrupção está sendo usada como elemento para insuflar a sociedade contra o PT e contra o governo Dilma”, defendeu Luiz Alberto.

Ainda segundo Luiz Alberto, toda a brutalidade da oposição de direita contra a presidente Dilma tem a ver sim com questão de gênero, pois em 2005 foram para cima de Lula, do PT e dos Movimentos Sociais, mas o tratamento dado não foi do jeito que estão dando a Dilma. “Eles acham que a mulher é mais fraca, eles acham que Dilma poderia renunciar, mas ela está demonstrando ser mais forte que todo mundo. Ela não vai renunciar, e nós também não vamos renunciar. Nesse momento, a unidade é fundamental”, concluiu o ex-deputado.





Após o debate com as falas dos ex-deputados Emiliano José e Luiz Alberto na reitoria da UFRB, a comunidade acadêmica da universidade e os Movimentos Sociais seguiram em passeata pelas ruas de Cruz das Almas, chamando atenção da comunidade local para o risco que a democracia no país está correndo.







POR QUE VOCÊ É CONTRA O GOLPE?

“Sou contra o golpe porque sou a favor da democracia e da permanência dos direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais durante muitos anos de luta. Então, nós não podemos retroceder, nós precisamos avançar na conquista de mais direitos e mais avanços para essa categoria.” (Leidjane Baleeiro – Mestre em Educação do Campo pela UFRB e Dirigente Sindical da FETAG).

“O golpe não é apenas contra o governo, é contra todo o povo brasileiro, é contra as mulheres, contra as crianças, contra a juventude, contra o povo negro e contra os idosos.” (Érika Muniz – Estudante de História do CAHL. Levante Popular da Juventude).

“Sou contra o golpe porque sou a favor da democracia, sou a favor dos direitos, direitos negados historicamente num Brasil desigual, um Brasil rico que precisa distribuir suas riquezas pela educação, pela saúde, pela geração de trabalho, emprego e renda e pela reforma agrária. Então, não podemos, nesse momento, desunir, precisamos estar juntos e defender uma democracia, uma democracia muito recente em nosso país, que custou muitas vidas, muito sangue de trabalhadores e trabalhadoras. E viva a democracia!” (Tatiana Velloso – Professora do CETENS).

“Nós alunos da escola pública somos contra o golpe por conta de vermos e convivemos com o caos e os danos que a escola tem, mas sabemos que a presidenta ainda tem como melhorar. Estamos lutando e vamos conseguir melhorar. Temos certeza que vamos mudar tudo isso e fazer da escola pública um ótimo lugar, como realmente merecemos. Então, sou aluna da escola, sou contra o golpe porque sei dos danos que podem ocorrer nas escolas, pois tudo pode piorar.” (Sarah Rebeca Dantas – Estudante do Colégio Estadual Luciano Passos).

“A gente é contra porque os mesmos que estão votando a favor desse golpe que não tem nenhuma base jurídica, são os mesmos que querem destruir a universidade pública, são aos mesmos que querem privatizá-la, são os mesmos que querem tirar o emprego da juventude e tirar o emprego da classe trabalhadora. Por isso que a gente está contra o golpe para poder dizer à presidente Dilma que a gente não quer o golpe, mas a gente que melhora na universidade pública, mais verba para a educação e o fim do ajuste fiscal.” (Rodrigo Duarte – Juventude Revolução).

#CACHOEIRA CONTRA O GOLPE

Na noite dessa quarta-feira (13), ocorreu, em Cachoeira, aula pública sobre conjuntura nacional e um ato contra o golpe. A aula pública foi ministrada pelos professores Nilson Weisheimer e Antonio Eduardo Oliveira, presidente da APUR. O evento contou com a presença e apoio do presidente da Filarmônica Lyra Ceciliana, José Luís, da ONG A Cidade, representantes do Levante Popular da JUVENTUDE, UJS, CUT, UEB, PCdoB e PT.



DEBATE DE DOCUMENTÁRIO DISCUTE SOBRE O GOLPE

Na última segunda-feira (11), o presidente da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), professor Antonio Eduardo Oliveira, conduziu um debate sobre o documentário "ABC da Greve", de Leon Hirszman. A exibição do filme faz parte das mobilizações contra o golpe. O documentário foi exibido na Praça Teixeira de Freitas, em Cachoeira, e também foi debatido pelo professor do CAHL, Diogo Valença.



Nota CONSUNI: UFRB EM DEFESA DA DEMOCRACIA

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em reunião ordinária, no dia 06 de abril de 2016, decidiu por unanimidade expressar seu apoio incondicional à manutenção da legalidade democrática no Brasil, rejeitando veementemente as tentativas de desestabilização da ordem institucional do país.

O combate à corrupção é fundamental e deve respeitar os limites da legalidade, com garantia de isonomia judicial, impessoalidade nos processos formalizados dentro dos ritos e procedimentos específicos.

A UFRB vem a público na defesa do Estado democrático de direito e pela garantia rigorosa dos direitos sociais conquistados. Em especial, defendemos o direito à educação pública de qualidade e o processo de expansão, interiorização e democratização do acesso às universidades públicas, percebidos como eixos fundamentais para o desenvolvimento nacional. A nossa Universidade, fruto da luta de diversos movimentos sociais e da população do Recôncavo da Bahia, foi construída nesta perspectiva. Ao longo dos seus 10 anos de existência, a UFRB assumiu o protagonismo em defesa das políticas sociais e pelo fortalecimento da sua função social e não se furtará em defender a Democracia num cenário em que importantes conquistas sociais se encontram sob ameaça e em que correntes conservadoras tentam desestabilizar os processos democráticos.

Em um momento de extrema polarização, no qual as mensagens de ódio e de incitação à violência aumentam assustadoramente, reiteramos nossa crença na democracia e na universidade como espaço de inclusão, de diversidade, de valorização do pensamento crítico e de entendimento democrático.

Cruz das Almas, 11 de abril de 2016.

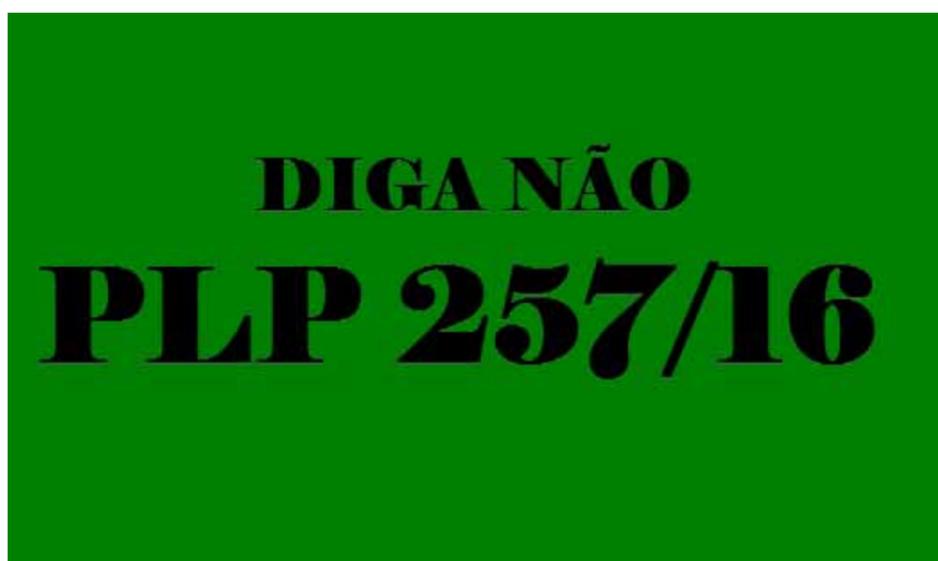
Conselho Universitário da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

ENTENDA O PLP 257/2016

Conforme sua ementa, o Projeto de Lei Parlamentar 257/2016 "estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências." (Veja na íntegra: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2080237>).

De forma mais simplificada, o PLP 257/2016, que foi anunciado pelo governo no dia 22 de março, tem como objetivo uma reestruturação fiscal e atende aos estados que reivindicam a repactuação das dívidas com a União. No entanto, diversos sindicatos têm apontado que o projeto apresenta inúmeros pontos que sinalizariam o arrocho salarial dos servidores públicos (há a previsão de congelamento dos salários), programas de demissões voluntárias, privatizações de empresas estatais, dentre outros pontos.

Por conta disso, inúmeras entidades sindicais estão se mobilizando contra o projeto. O ANDES-SN, por exemplo, chamou um Ato Nacional em Brasília Contra o PLP 257/16 para esta quinta-feira (14).



ANDES- SN

LP 257/2016 PREVÊ CONGELAMENTO DE SALÁRIOS E DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO DE SERVIDORES

Projeto recebeu 209 emendas e tramita em regime de urgência constitucional. O Projeto de Lei Complementar 257 (PLP 257/2016), de autoria do Executivo, recebeu 209 emendas parlamentares e entrou na pauta para votação na Câmara dos Deputados nesta segunda-feira (4). Por tramitar em caráter de urgência constitucional, o projeto deve ser votado até o dia 6 de maio e encaminhado ao Senado, que terá mais 45 dias para apreciar a proposta que traz uma série de ataques aos direitos dos trabalhadores, principalmente servidores públicos – federais, estaduais e municipais.

O PLP 257/2016 faz parte do pacote de ajuste fiscal iniciado pelo governo, no final de 2014. As medidas, que buscam manter o pagamento de juros e amortizações da dívida ao sistema financeiro e aumentar a arrecadação da União, atingem diretamente o serviço público e programas sociais.

Com o intuito de estimular o debate na categoria e a mobilização dos docentes para barrar esse ataque, a diretoria nacional do ANDES-SN encaminhou nesta segunda uma circular às seções sindicais, na qual destaca alguns dos riscos contidos no PLP 257/2016. A suspensão dos concursos públicos, congelamento de salários, não pagamento de progressões e outras vantagens (como gratificações), destruição da previdência social e revisão dos Regimes Jurídicos dos Servidores estão entre as medidas nefastas a serem implementadas caso o projeto seja aprovado, lista a nota da Diretoria do Sindicato Nacional.

O presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, destaca a importância da ampla participação dos docentes na luta contra a aprovação do PLP 257/2016. “A primeira coisa é debater nas seções sindicais e divulgar o conteúdo do Projeto de Lei. É importante que todos tenham a compreensão clara do que esse PLP significa. Essa circular tem o objetivo de esclarecer, fazer com que as ‘tomem pé’ do tamanho dos riscos que estão postos e da perda de direitos dos servidores públicos, incluindo os docentes”, ressalta.

Rizzo conta ainda que o ANDES-SN está participando de uma frente composta por várias entidades para tentar barrar a aprovação do PLP no Congresso Nacional e o apoio dos docentes nos estados é fundamental. “O projeto tramita em regime de urgência, e nós temos que fazer pressão junto aos parlamentares federais de todos os estados,

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8065>

para chamá-los a não aprovar esse projeto de lei. Portanto, as seções sindicais têm que organizar ações junto aos servidores estaduais, municipais e federais e pressionar os parlamentares federais em seus estados”, conclama.

O presidente do Sindicato Nacional lembra ainda que no dia 14 de abril, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) realiza ato nacional em Brasília (DF), em defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores, e incluirá também na pauta a luta para barrar o PLP 257/2016.



Principais riscos

Entre os riscos presentes no projeto, o presidente do ANDES-SN destaca o congelamento de salários, aumento da cota previdenciária, e a possibilidade de perda de parcelas da remuneração que não são tidas como salário. “E eu diria que em âmbito federal, não está garantido nem o percentual de 5% que estava previsto para agosto de 2016, fruto da negociação do ano passado com algumas categorias do Serviço Público. Há ainda a tendência à limitação dos concursos públicos, uma vez que está claro o objetivo de limitar a folha de pagamento do funcionalismo”, ressalta, sinalizando ainda que, a suspensão de concursos públicos terá como consequência imediata a intensificação da precarização dos serviços públicos ofertados à população.

Alternativa

Rizzo lembra ainda que o ANDES-SN defende a derrubada do veto presidencial à auditoria da dívida pública, presente no Plano Plurianual, como uma das alternativas ao ajuste fiscal. “Olha que interessante: ela vetou a auditoria alegando que iria interferir no pacto federativo. E, ao mesmo tempo, lança um projeto de lei que altera o esse mesmo pacto federativo e impõem condições aos estados e municípios para adesão ao programa de recuperação financeira”, aponta.

O presidente do ANDES-SN reforça ainda que além da auditoria da dívida pública, é necessária uma reforma fiscal que mude as regras de arrecadação no Brasil. “Por que o país é, além de tudo, um paraíso fiscal sob o ponto de vista da taxação das grandes fortunas. Há soluções que não passam pela retirada de direitos dos servidores e da população e tenham como consequência o desmonte do serviço público no país”, conclui.

PRESSÃO CONTRA PLP ANTI-SERVIDOR SE INTENSIFICA COM AUDIÊNCIA E ATOS



O PLP 257/2016 está na pauta do plenário da Câmara dos Deputados, mas não deve ser votado nos próximos dias. Isso porque não há acordo dos líderes de bancadas quanto à totalidade do texto, considerado anti-servidor por trazer vários prejuízos ao funcionalismo das três esferas. O impasse é favorável às organizações representantes dos servidores públicos, que aproveitam o tempo para articular ações que barrem os pontos controversos do PLP. Pelo menos duas importantes ações em repúdio ao projeto estão agendadas para a próxima semana: uma audiência pública no Senado e um dia nacional de luta.

Chamada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a audiência pública está agendada para o dia 11 de abril, às 15h, no plenário II. A CUT e outras centrais sindicais foram convidadas para fazer o debate sobre o tema, com possibilidade de encaminhamento de ações durante o encontro. A lotação do espaço é de 60 pessoas.

Já no dia 14 de abril, quinta-feira, será realizado o dia nacional de luta do funcionalismo, com paralisações em vários setores. Em Brasília, servidores de vários estados se concentrarão no anexo II da Câmara dos Deputados, às 9h. A atividade seria realizada na Catedral, mas foi observado que a Câmara é, pelo menos neste momento, o espaço mais adequado para fazer a pressão sobre os parlamentares e convencê-los a votarem contra os pontos negativos do PLP.

Nessa terça-feira (5), representantes da CUT e de outras centrais entregaram aos deputados federais uma carta que mostra o descontentamento dos servidores federais, estaduais e municipais com o PLP 257. O trabalho corpo a corpo deve permanecer nos próximos dias.

“Não somos contra a renegociação das dívidas com os estados, desde que sejam retiradas as condicionantes que dizem respeito e prejudicam os servidores”, esclarece o servidor federal e dirigente nacional da CUT, Ismael José Cesar.

Tramitação

Apresentado pelo Executivo federal à Câmara no dia 22 de março, o PLP 257 condiciona o alongamento e os descontos de pagamento das dívidas dos estados junto à União a adoção de medidas como suspensão de concurso público, congelamento de salário e o estímulo à demissão voluntária no funcionalismo federal, estadual e municipal. O projeto chega a falar em suspensão da valorização anual do salário mínimo, o que prejudicaria também trabalhadores do setor privado.

O PLP 257 tramita em regime de urgência constitucional, solicitado pela presidente da República. Com esta característica, o projeto tem 45 dias para tramitação e votação na Câmara e mais 45 para o Senado. “Se a votação não for concluída nesse período, o projeto passará a trancar a pauta da Casa em que estiver tramitando. Enquanto a pauta estiver trancada, nenhuma proposta legislativa pode ser votada”, informa a Agência Câmara. Com isso, o prazo máximo para a votação do PLP 257 na Câmara vai até 6 de maio.

Sem acordo

O assessor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Neuriberg Dias, explica que um dos principais pontos que seguram a aprovação célere do projeto é a proximidade das eleições municipais, que serão realizadas em outubro. “Em ano eleitoral, os parlamentares não vão votar contra os servidores públicos. A pressão dos servidores federais, estaduais e municipais está muito grande, e eles serão cobrados em suas bases. Acho difícil este texto ser aprovado como está”, afirma.

Segundo ele, já foram apresentadas 209 emendas ao PLP 257, entre elas três textos substitutivos, sendo que “quase 60% dessas emendas apresentadas modificam os pontos que atacam os servidores, no sentido de corrigi-los”. Entre os textos substitutivos apresentados, Neuriberg Dias afirma que o mais interessante para o conjunto do funcionalismo é o do deputado Afonso Florence (PT-BA). “Neste texto, o parlamentar (Afonso Florence) retira todos os dispositivos que fazem restrição de direitos e vantagens aos servidores públicos. Os outros (textos) retiram pequenas partes, mas não atendem completamente os servidores”, explica.

O desfecho mais provável para o PLP 257 é que sejam votados apenas os pontos que tenham consenso entre os parlamentares. Os demais dispositivos seriam apreciados em outros projetos.

Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/pressao-contraplanti-servidor-se-intensifica-com-audiencia-e-atos-b945/>

APUR PARTICIPA DA RECEPÇÃO DE NOVOS DOCENTES

Nessa terça-feira (12), a diretoria da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), representada pelo presidente Antonio Eduardo Oliveira e pela tesoureira Gleide Sacramento, participou da recepção dos novos docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Na oportunidade, além de dar as boas vindas aos novos docentes, a diretoria apresentou a APUR e aproveitou para lançar a nova campanha de filiação, entregando folder, caneta e blocos de anotação.



DOIS TRABALHADORES SEM TERRA SÃO MORTOS NO PARANÁ

No dia 7 de abril, durante um confronto entre integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e policiais em Quedas do Iguaçu (Paraná); dois trabalhadores sem-terra morreram e sete ficaram feridos. Segundo publicação na página do MST, as famílias que estavam no Acampamento Dom Tomas Balduino foram vítimas de uma emboscada feita pela Polícia Militar e por alguns seguranças contratados pela empresa Araupel.

Conforme relatos de quem estava no momento do ataque, não houve confronto algum. A emboscada teria acontecido enquanto alguns trabalhadores Sem Terra circulavam de caminhonete e motocicleta, a 6 km do acampamento (que estaria dentro do perímetro da área decretada pública pela justiça), quando foram surpreendidos pelos policiais e seguranças.

O veículo onde se encontravam os trabalhadores sem terra teria sido alvejado, então, para se protegerem, teriam corrido para o mato, em direção ao acampamento, todavia os disparos não teriam cessado. A própria PM teria admitido que os dois corpos foram recolhidos dentro da mata. Ainda conforme a publicação na página do MST, ambas as vítimas foram baleadas pelas costas, o que demonstraria que estavam fugindo e não em confronto com a PM e seguranças.



Segundo o MST, o local da emboscada ficou isolado pela PM por mais de duas horas, impedindo o socorro dos feridos. A PM ainda teria bloqueado qualquer outra pessoa que se aproximasse para socorrer e documentar a cena do crime, e teria removido as vítimas sem a presença do IML, bem como os objetos da cena do crime.

A ocupação do local teve início em maio do ano passado, e possui aproximadamente 1,5 mil famílias. O acampamento fica localizado no imóvel rural Rio das Cobras, que foi grilado pela empresa Araupel. Por conta da grilagem, a polícia federal teria declarado que as terras são públicas, logo, pertenceria à União, e deveriam ser destinadas à Reforma Agrária.

Em nota, a direção estadual do MST Paraná exige justiça e:

- Imediata investigação, prisão dos policiais e seguranças, e punição de todos os responsáveis – executores e mandantes- pelo crime cometido contra os trabalhadores rurais Sem Terra.

- O afastamento imediato da polícia militar e a retirada da segurança privada contratada pela Araupel.
- Garantia de segurança e proteção das vidas de todos os trabalhadores acampados do Movimento na região.

- Que todas as áreas griladas pela empresa Araupel sejam destinadas para Reforma Agrária, assentando as famílias acampadas.

NOTA CRÍTICA SOBRE A POSIÇÃO DA DIRETORIA DO ANDES

A assembleia da APUR, realizada no dia 30 de março, aprovou uma moção de crítica política às posições adotadas pela diretoria do ANDES-SN em relação à crise política e sua negativa em lutar contra o processo de impeachment fraudulento liderado pelo presidente da câmara de deputados, Eduardo Cunha.

Retirar o mandato da presidente da república Dilma Rousseff através de impeachment sem crime de responsabilidade é um golpe político orquestrado pela direita.

A diretoria do ANDES-SN, desde o ano passado, tem se negado a discutir a intervenção do sindicato na crise política, preferindo ora o silêncio ora um alinhamento com setores que advogam abertamente a derrubada do governo Dilma, como os setores da direção da CSP Conlutas.

Na sua nota política (publicada no dia 21 de março), a diretoria do sindicato advoga que não existe polarização política ou que esta seria falsa, e, portanto, tenta, de maneira escandalosamente artificial, evitar a luta contra os golpistas que ameaçam os direitos dos trabalhadores e as instituições democráticas.

Por fim, sem autorização das bases, a diretoria do sindicato convida os docentes para um ato público no dia 1º de abril, junto com agrupamentos sem representatividade política que advogam o “Fora Todos” e o “Fora Dilma”.

É preciso resgatar o nosso sindicato nacional para a luta política democrática, por isso a assembleia aprova esta resolução, visando um debate no interior da categoria sobre as posições da diretoria nacional do ANDES-SN.

DILMA, A RÉ “DA VEZ”: SOBRE SEXISMO, MISOGINIA E MACHISMO



Kiki Givigi

É sobre os discursos que circulam sobre mulheres e as sexualidades, sobre a negatização, nojo e desprezo do/aos femininos, sobre as piadas e sarcasmos de exclusão e desprestígio e a preponderância da suposta virilidade do macho, sobre a violência linguística e imagética (não na intenção de separá-las), que vão além e além de Dilma, que desejo dialogar, sem a pretensão de defender que as acusações ao governo sejam estas. Pode ser razoável dizer que o discurso acusatório não trata disso (de que mesmo se trata?) para aqueles para quem forma e conteúdo podem ser separados na constituição de uma postura e prática política. Entendo que as modalidades do poder constroem os controversos modos de tratar e CONSTRUIR hoje a crise política brasileira, e destes modos não se pode extirpar que estas construções expressam e dizem sobre a constituição da política no Brasil.

A política ressentida de Dilma porque é para machos, brancos e heterossexuais (da mesma forma que se ressentida de pretos/as, pobres, sujeitos do campo etc). Penso nesta ‘dor de corno’ da elite brasileira (e as produções a partir dela) ao ter que lidar cotidianamente com os femininos nos espaços produtivamente autoritários das instituições e sentir que seus ‘quase eternos’ exercícios de poder são deslocados e desacomodados por diferenciações, mesmo que seus privilégios econômicos sejam mantidos por acordos equivocados que este governo tenha feito.

Fazer funcionar um modo de oposição entre bons e maus é uma qualidade e forma constitutiva da política que, por operação, opõe homens e mulheres – regulamentando-os ao mesmo tempo neste lugar- silenciando, massacrando, apagando múltiplos femininos e masculinos. Deste modo, esta produção heteronormativa da política toma a misoginia como ingrediente da organização dos julgamentos de Dilma e a torna ré de seu próprio mandato desde sempre. Por isto, obviamente, neste momento de roubo e atavismo jurídico, de espetáculo legislativo é consequente que a forma de compor os discursos tenha como ingrediente básico a sempre constitutiva violência de gênero e sexualidade da política brasileira.

Contudo, a política sendo isto (não como determinação, mas fabricação) torna Dilma sujeito dos poderes heteronormativos que se enojam com os femininos diferentes, que certamente ela carrega em si como produção. Forjada em locais considerados masculinos – Ministérios, Executivos e até no lugar de presa política – todos esperam ansiosamente que Dilma tenha uma ‘reação’ histórica, porque, certamente, a histeria é feminina para esta política brasileira, bem como para um hegemônico investimento social no desejo. E, se ela a tiver (a reação), somente será a confirmação da norma.

Porém, que tristeza! E aí está a ‘cornice’ da elite brasileira (a volta do recalçado), Dilma não se produz dentro das prescrições, então apagá-la por meio da política machista misógina é a solução. E querem apagá-la porque ela é mulher, também porque não suportam a produção de femininos na política, mas isso diz com força sobre a manutenção de uma forma de fazer política que faz funcionar a relação social – o capital.

O Day after – com Dilma ou Temer – ainda nos traz o desafio de sermos outros, de deixar de imitações ocidentais para pensar política, de não sermos sintomas vivos da neurose cultural brasileira (para citar a querida Lélia Gonzalez), de cairmos em campo múltiplo de boca para anarquizar as estratégias produtivas generificadas e raciais da política brasileira. O Day after talvez seja o dia do ‘meio’, de partir da produção das múltiplas comunalidades brasileiras e construir agência para arregimentação de práticas ininteligíveis (e não codificáveis pela cognição ocidental) da política dos coletivos.

Sucumbindo (ou não) este governo, ainda não sucumbirá esta forma de fazer política, por meio da qual não são silenciadas e/ou desqualificadas não só as mulheres, mas todos os femininos, e também os masculinos diferenciados das normas heterossexuais. Este golpe sempre esteve em curso matando a multiplicidade, o que é uma tentativa tão vã quanto achar que o impeachment resolve a crise. Amanhã, Dilmás, Marias, Laertes, Goretes, Lucianos, Josés estarão de pé bem cedo, de vermelho para rasgar o espaço público.



Este ano a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) estará completando 08 anos de existência. E desde a sua fundação até aqui, o caminho construído tem sido o de luta junto com os docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). É a nossa categoria que tem dado o tom e forma à Associação que queremos!

E a APUR que queremos e que temos é combativa, atuante, mobilizadora, multicampi, democrática e, sobretudo, que constrói e preza por uma relação de diálogo e respeito com as professoras e professores da nossa instituição.

Os fatos falam por si!

Ao longo destes 08 anos a APUR tem defendido firmemente a pauta docente construída com a categoria não apenas durante as greves de 2012 e 2015, mas no cotidiano mesmo da UFRB. Foi assim com pontos candentes da carreira docente, como a sua reestruturação e progressão, e a discussão sobre o FUNPRESP; a defesa intransigente dos direitos trabalhistas do professor, adquiridos a duras penas na história de nosso país, a exemplo da exigência do pagamento de gratificações por encargos dos concursos e a garantia, assegurada na justiça, do pagamento das férias para os professores afastados para qualificação.

A atuação da APUR na UFRB não podia ser diferente, não se furtando a problematizar e exigir respostas às questões que marcam profundamente nossa Universidade, como as deficiências de infraestrutura nos Centros e as obras intermináveis; além de pautar incansavelmente a defesa da autonomia universitária e uma UFRB mais democrática. Por isso, a APUR esteve presente na consulta para Reitor(a) defendendo os interesses dos docentes. Por isso, ela está presente no processo Estatuinte defendendo uma Universidade mais participativa e incluyente.

No Recôncavo, o sindicato não se faz adormecido. E tem dado voz aos graves problemas sociais e políticos, atuando junto com os movimentos sociais e outras categorias de dentro e de fora da Universidade. A APUR tem mostrado protagonismo em diversos momentos, como é o caso da criação do Pólo Sindical na cidade de Cruz das Almas, da qual a APUR encabeçou, contribuindo fortemente a mobilização pela reforma política. A APUR esteve no plebiscito a favor de uma Constituinte para a Reforma Política; esteve nos atos contra a PL 4330 e as MP's 664 e 665; contra a privatização dos hospitais públicos federais e estaduais; no ato contra a violência às mulheres. Está e sempre esteve solidária às lutas dos outros movimentos e categorias, como as do Movimento Estudantil, dos servidores técnico-administrativos, a greve das UEBA's e aos demais sindicatos da região.

Por tudo isso, a APUR tem crescido, ajudado a construir a UFRB e deixado suas marcas no Recôncavo, sempre junto com o seu professor (a). Porque a Associação se faz pela base e com a base. A APUR é a sua base!

Mas se tudo isso ainda é pouco, pergunte ao nosso docente. Ele/Ela vai saber muito mais. E vai lhe dizer:

**EU SOU APUR!
E VOCÊ?**

Filie-se ao seu sindicato.